

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
7ª Sessão Ordinária de 2017

(Publicada no Caderno Processual do DECNMP, pág.01/22)

Dia: 18/04/2017

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 –
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação das Atas da 6ª Sessão Ordinária (28/03/2017) e da 1ª Sessão Extraordinária (04/04/2017)

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 14/06/2016

- 2) Proposição nº 0.00.000.001222/2014-53 (Apenso: Processo nº 0.00.000.001569/2014-04)
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Brasília
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/07/2016

- 3) Pedido de Providências nº 0.00.000.000229/2015-39
Requerente: Cândido Furtado Maia Neto – Procurador de Justiça/PR
Assunto: Trata-se de sugestão, para análise por parte do CNMP, da possibilidade de regulamentação de remoção por permuta entre membros vitalícios dos Ministérios Públicos Estaduais.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Paraná
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 23/08/2016

4) Inspeção n.º 0.00.000.000234/2016-22

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção realizada na Procuradoria Geral da República.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 30/01/2017

5) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

6) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10

Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira

Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

7) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70

Proponente: Presidência do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedido de Vista em 21/02/2017

8) Inspeção n.º 0.00.000.000346/2016-83

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Escola Superior do Ministério Público da União

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção ordinária realizada na Escola Superior do Ministério Público da União.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Pedido de Vista em 14/03/2017

9) Correição n.º 0.00.000.000439/2016-16

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas 3ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 12ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 18ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória, 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Serra, 2ª Promotoria de Justiça e Juventude de Serra, 4ª Promotoria de Justiça Cível de Serra, 4ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 11ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 13ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica, 14ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica e 15ª Promotoria de Justiça Cível de Cariacica.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 13ª Sessão (26/07/2016)

10) Proposição n.º 0.00.000.001675/2014-80

Requerente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 5ª Sessão (14/03/2017)

11) Correição n.º 0.00.000.000433/2016-31

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada em unidades do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 6ª Sessão (28/03/2017)

12) Correição n.º 0.00.000.000485/2016-15

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nos 1º ao 12º Ofícios da Procuradoria da República do Rio Grande do Norte – Sede.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (24/04/2017)

13) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.001678/2014-13 (Embargos de Declaração)

Embargante Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho – Promotor de Justiça/PE
Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente o pedido.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Pernambuco

14) Correição n.º 0.00.000.000333/2016-12

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

15) Correição n.º 0.00.000.000379/2016-23

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada nas unidades do Ministério Público Federal no Estado do Mato Grosso.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal

16) Correição n.º 0.00.000.000380/2016-58

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Mato Grosso

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

17) Correição n.º 0.00.000.000484/2016-62

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária realizada nos órgãos de controle disciplinar do Ministério Público do Estado do Piauí.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

18) Correição n.º 0.00.000.000486/2016-51

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada nas 8ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 13ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 15ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, 24ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES e 27ª Promotoria de Justiça Cível de Vitória/ES, nas 1ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES, 2ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES e 3ª Promotoria de Justiça Cível de Itapemirim/ES, na 1ª Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha/ES, na 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Kennedy/ES e na Procuradoria de Justiça Recursal.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

19) Correição n.º 0.00.000.000001/2017-19

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público Militar no Estado de Pernambuco

Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada em unidade da Procuradoria de Justiça Militar em Recife - PE.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/11/2015

- 1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2015-08
Requerente: Paulo Eduardo Bueno
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Otavio Brito Lopes
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/01/2016

- 2) Proposição nº 1.00059/2015-09
Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho
Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 21/06/2016

- 3) Proposição nº 1.00236/2016-01
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 23/08/2016

- 4) Nota Técnica nº 1.00431/2016-04
Proponente: Conselheiro Fábio Bastos Stica
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Nota Técnica. Projeto de Lei nº 233/2015, em trâmite no Senado Federal. Regramento do inquérito civil e dos procedimentos correlatos a cargo do Ministério Público.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Pedido de Vista em 27/09/2016

5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00385/2016-16

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região. Divulgação em site institucional de artigo de cunho político-ideológico. Utilização indevida de página eletrônica do órgão. Afronta aos princípios de impessoalidade, imparcialidade e de neutralidade das instituições quanto a ideologias político-partidárias.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Mato Grosso

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 21/11/2016

6) Pedido de Providências nº 1.00717/2016-53

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições. Ofensa a autonomia funcional do Ministério Público do Estado de São Paulo. Controle externo da atividade policial. Manifestações populares em vias públicas. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 06/12/2016

7) Pedido de Providências nº 1.00654/2016-35

Requerente: Ser Glass Vidros Blindados Ltda.

Advogado: Carlos Humberto Fauaze Filho – OAB/DF nº 43188

Requerido: Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público Militar. Procuradoria de Justiça Militar no Distrito Federal. Procuradoria de Justiça Militar no Estado de São Paulo. Empresa fabricante de blindagem transparente, fiscalizada pelo Exército. Extrapolação das atribuições ministeriais. Ilegalidade na requisição de instauração de processo administrativo ao Exército com indicação prévia de penalidade. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

Pedido de Vista em 30/01/2017

8) Pedido de Providências nº 1.00723/2016-83 (Recurso Interno)

Recorrente: Ministério Público do Trabalho

Recorrido: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional no Estado do Acre

Advogado: Marcos Vinicius Jardim Rodrigues – OAB/AC nº 2.299

Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Acre. Indeferimento de acesso a advogado. Inquérito Civil nº 000150.2016.14.001/0. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Acre

Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 31/01/2017

9) Procedimento Avocado nº 1.00310/2016-26

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Acre

Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Avocação do Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2015. Decisão proferida no PCA nº 1.00296/2015-99.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedidos de Vista em 14/02/2017

10) Pedido de Providências nº 1.00214/2015-15

Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho. Gozo de licença prêmio. Tempo de serviço na Administração Pública.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00556/2016-07

Requerentes: Ana Virgínia Santana Souza; Andréa Leite Torres; Anna Karina Rolim Cartaxo; Arian Dantas Meneses; Braulio Livio Dias Cavalcante Junior; Eduardo Vieira dos Santos Júnior; Gabriela Andrade Rocha; João Alberto Leonardo Clement Júnior; João Ribeiro de Almeida Neto; Juliana Gomes Rezende Doria; Luana Rocha Prado; Mariana Melo Gois Lebre; Monique Tielle Andrade Almeida; Márcio Silva Siqueira; Pedro Felipe Cardoso Mota Fontes; Roberta Conceição de Almeida; Rodolfo Galvão Costa; Stanley Kleber Nogueira Santos; Susana Raquel Cipriano Ramalho Sampaio; Sávio Roberto Amorim Aragão Silva; Thereza Raquel Macedo Guimarães; Thássia Karine Almeida Reis; Willde Pereira Sobral

Advogado: Mauricio Gentil Monteiro – OAB/SE n.º 2.435

Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe

Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Concurso público para provimento de cargos de Analista e Técnico. Edital 01/2013. Nomeação. Preenchimento irregular de vagas com pessoal requisitado, conveniado e comissionado. Prejuízo para os candidatos aprovados que aguardam nomeação.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Sergipe

Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

12) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00656/2016-42

Requerente: Antônio Marcos de Paulo

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Promotoria de Justiça de Araguari. Alegação de inércia na conclusão de inquéritos civis que apuram graves suspeitas de irregularidades em contratos de prestação de serviços advocatícios celebrados com o município.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Minas Gerais

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 21/02/2017

13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00415/2015-40 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Embargado: Lorenzo Silva de Pazolini

Advogado: Marcus Felipe Botelho Pereira – OAB/ES n.º 8.258

Objeto: Sustação dos efeitos da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Anulação de questões. Concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Edital nº 1 – MPE/ES/2010.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Espírito Santo

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

14) Pedido de Providências nº 1.00299/2016-40

Requerente: José Carlos Cruz

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça do 1º Ofício de Cajamar. Acesso a Inquérito Civil fora de Cartório para extrair cópias e fazer apontamentos. Negativa de liberação de vista dos autos a advogado para retirá-los em carga. Cobrança de taxas altas para extração de cópias.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00349/2016-52

Requerente: Plácido Barroso Rios

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ato. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Manutenção da classificação da 12ª Procuradoria de Justiça no âmbito cível. Processo Administrativo nº 99458/2016-5. Recomendação constante do item 52.18 do Relatório de Inspeção CNMP nº 0.00.000.000349/2013-74.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Ceará

Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00741/2016-65

Requerente: Tamar Oliveira Luz Dias

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Declaração de Vacância. Decisão instrumentada no Ato nº 372/2016, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia. Direito à declaração de vacância, em razão de posse em outro cargo público. Possibilidade de recondução.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Bahia

Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedidos de Vista em 14/03/2016

17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00168/2016-17

Requerente: Francisco de Assis Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Interessado: David Raimundo Santos

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Concurso para ingresso na carreira de Promotor Substituto. Suspensão de posse de candidatos. Irregularidade nos critérios para atendimento dos requisitos determinantes ao direito às vagas reservadas para candidatos negros.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Bahia

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

18) Pedido de Providências nº 1.00271/2016-11

Requerentes: Fabrini Muniz Galo; Luisa Domingues Ferreira Alves

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria do Trabalho da 1ª Região. Inquérito Civil nº 002908.2015.01.000/8-14. Restrição de acesso aos autos.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Rio de Janeiro

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

19) Reclamação Disciplinar nº 1.00706/2016-55 (Recurso Interno)

Recorrente: Ricardo Jasson Magalhães Machado do Carmo

Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024

Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Bahia

Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

20) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00053/2017-59

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Interessado: Helena Fiúza do Amaral

Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Preservação da decisão proferida no Procedimento Avocado nº 0.00.000.001857/2010-27. Atos do Colégio de Procuradores de Justiça e do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedidos de Vista em 28/03/2016

21) Pedido de Providências nº 1.00038/2017-38

Requerente: Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Projeto e acordo de resultados. Ação Nacional de Promoção da Igualdade. Aprovação do Plenário do CNMP. Resolução CNMP nº 147/2016.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

22) Pedido de Providências nº 1.00081/2017-85

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Divulgação de notícias acerca de sanções disciplinares aplicadas a membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Exposição e suposta violação da imagem pessoal. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Bahia
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Cons. Fábio Bastos Stica

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

23) Proposição nº 1.00312/2015-43

Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 10ª Sessão Ordinária (31/05/2016)

24) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00388/2015-97

Requerente: Karla Kelly de Sena Rodrigues
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Remoção de servidor por interesse da administração da Procuradoria Geral da República. Vaga de aposentadoria na Procuradoria do Trabalho em Fortaleza que não foi colocada em remoção.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Ceará

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (13/06/2016)

25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00221/2015-07

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Receitas e despesas previdenciárias praticadas mensalmente durante o período de 2012-2014. Estrutura de Pessoal. Servidores cedidos. Pagamento de incorporação de gratificação de função aos membros. Legalidade do pagamento de gratificação de risco de vida.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (26/07/2016)

26) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Pernambuco

27) Proposição n.º 1.00439/2015-53

Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Proposta de Resolução que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

28) Proposição n.º 1.00395/2016-60

Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Adequação do Regimento Interno às disposições do Novo Código de Processo Civil.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (27/09/2016)

29) Proposição n.º 1.00192/2015-39 (Embargos de Declaração)

Embargante: José Robalinho Cavalcanti

Objeto: Proposta de Recomendação que estabelece a política de comunicação social do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 22ª Sessão (21/11/2016)

30) Proposição n.º 1.00077/2016-72

Requerente: Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Regulamentar o disposto no artigo 23, inciso XIII, do RICNMP. Revisão de decisão monocrática de arquivamento.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

31)Proposição nº 1.00724/2016-37

Requerente: Orlando Rochadel Moreira

Objeto: Proposta de Resolução. Política nacional de tecnologia da informação no âmbito do Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão (31/01/2017)

32)Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00932/2016-45

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público Militar. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Distrito Federal

33)Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00937/2016-13

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá

Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

34)Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00944/2016-05

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Distrito Federal

35)Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00946/2016-04

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

36)Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00955/2016-03

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00958/2016-66

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia

Objeto: Ministério Público do Estado de Rondônia. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão (14/02/2017)

38) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00315/2016-02

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará

Advogados: Daniel Holanda Leite – OAB/CE nº 13.714; Rodrigo Freire Carvalho – OAB/CE nº 22.886

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Portaria CNMP-CN nº 82/2016. Base na Reclamação Disciplinar CNMP nº 0.00.000.000016/2016-98. Falta de zelo nas funções. Excesso de Prazo.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

39) Proposição nº 1.00927/2016-79

Requerente: Conselheiro Valter Shuenquener de Araújo

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acresce à Resolução CNMP nº 09/2006 os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 8º. Estabelece que no pagamento de valores passivos aos membros do Ministério Público, deve haver, nos contracheques, menção ao número da parcela e o total de parcelas, informação da rubrica para o pagamento e a metodologia de correção.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão (21/02/2017)

40) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01044/2016-02

Requerente: Synval Tozzini

Advogados: Braz Martins Neto – OAB/SP nº 32.583; Mônica Moya Martins Wolff – OAB/SP nº 195.096; Rachel Figueiredo Cavalcante – OAB/SP nº 264.748; Martileide Vieira Perroti – OAB/SP nº 203.711

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal. Conselho Superior. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00.002.000147/2013-57.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão (14/03/2017)

41) Pedido de Providências nº 1.00282/2016-10

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requeridos: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Ministério Público brasileiro. Acompanhamento do cumprimento da Resolução Conjunta CNMP/CNJ nº 2/2011. Cadastro nacional de informações sobre ações coletivas (CNJ). Inquéritos civis e termos de ajustamento de conduta (CNMP).

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Distrito Federal

42) Pedido de Providências nº 1.00441/2016-59

Requerente: Matheus Martins Moitinho

Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia

Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ausência de Promotor de Justiça titular. Atuação. Comarca de Acajutiba.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Bahia

43) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00939/2016-20

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba

Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Paraíba

44) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.00037/2017-84

Requerente: Inacio Bernardino de Carvalho Neto

Requerido: Procuradoria Regional Eleitoral/PR

Objeto: Ministério Público Eleitoral no Estado do Paraná. Preservação da competência do Conselho. Decisão do Procurador Regional Eleitoral proferida nos autos da Notícia de Fato nº 1.25.000.002273/2016-30/PRE/PR. Impedimento de nomeação do requerente para o exercício da função eleitoral. Desrespeito à Resolução CNMP nº 30/2008 e à Resolução Conjunta nº 01/2012-PRE-PGJ. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Paraná

45) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00068/2017-71

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Tocantins. Excesso de prazo para envio de informações para instrução do PIC CNMP nº 0.00.000.000406/2016-68. Decisão proferida na Reclamação Disciplinar nº 1.01048/2016-19.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

46) Pedido de Providências nº 1.00130/2017-34

Requerente: Giovanni Rosado Diogenes Paiva

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Determinação para que o Conselho Superior do Ministério Público cumpra o que dispõe a Resolução nº 005/2006-CSMP/RN. Consideração das atribuições das Promotorias de Justiça no julgamento dos processos de promoção e remoção por merecimento. Julgamento dos editais nº 008/2017-CSMP, 010/2017-CSMP e 012/2017-CSMP. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Rio Grande do Norte

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão (28/03/2017)

47) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00022/2016-71

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão

Advogado: Adelmano Wellerson de Souza Benigno – OAB/MA nº 14.682

Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. RD nº 0.00.000.00747/2014-71. Falsidade ideológica. Prática de ato incompatível com a dignidade e decoro do cargo.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Distrito Federal

- 48) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00100/2016-00 (Embargos de Declaração)
Embargante: Stella Athanázio de Oliveira Santos
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Embargados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia. Processo Administrativo Disciplinar nº 150754/2014. Pena de censura por infração de dever funcional.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Bahia
- 49) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00176/2016-54
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará
Advogado: José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE n.º 4.697
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Procedimento Administrativo Disciplinar. Falta de zelo no cumprimento das funções. Excesso de prazo. Descumprimento de atos normativos. 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camocim/CE.
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica
Origem: Distrito Federal
- 50) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00291/2016-00 (Embargos de Declaração)
Embargante: Jonaci Silva Heredia
Advogado: Marcus Felipe Botelho Pereira – OAB/ES n.º 8258
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Falta funcional. Base na Reclamação Disciplinar CNMP nº 0.00.000.000231/2016-99. Facilitação da prostituição.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 51) Reclamação Disciplinar nº 1.00512/2016-04 (Recurso Interno)
Recorrente: João Vita Fragoso de Medeiros
Advogados: João Vita Fragoso de Medeiros – OAB/PE n.º 12058; Melina Lyra de Almeida – OAB/PE n.º 1038-B
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Pernambuco

52) Reclamação Disciplinar nº 1.00588/2016-58 (Recurso Interno)

Recorrentes: Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal – ADEMI-DF; Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – SINDUSCON-DF

Advogados: Marcelo Antonio Rodrigues Viegas – OAB/DF n.º 18.503; Andréia Moraes de Oliveira Mourão – OAB/DF n.º 11.161

Recorrido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

53) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00940/2016-82

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Distrito Federal

54) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01068/2016-08

Requerente: Silvio Paulo Brabo Rodrigues

Requerido: Ministério Público do Estado do Pará

Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Processos referentes à matéria ambiental. Distribuição às Promotorias de Defesa do Meio Ambiente. Reconhecimento de caráter residual das Promotorias de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública. Pedido de Liminar.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Pará

55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01072/2016-20

Requerente: Elias Oliveira Silva Junior

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. 59º Concurso para ingresso na carreira. Desconstituição de Ato Administrativo que julgou o recurso nº 14. Prova Oral relativa ao grupo I. Prosseguimento do requerente no certame. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Goiás

56) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01073/2016-84

Requerente: Lorena Falcão Macedo

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. 59º Concurso para ingresso na carreira. Desconstituição de Ato Administrativo que julgou o recurso nº 8. Prova Oral relativa ao grupo I. Prosseguimento da requerente no certame. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Goiás

57) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01075/2016-91

Requerente: Marco Túlio Félix Rosa

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. 59º Concurso para ingresso na carreira. Desconstituição de Ato Administrativo que não acatou parecer favorável da banca examinadora. Recursos da prova oral relativa ao grupo II. Prosseguimento do requerente no certame. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Goiás

58) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00001/2017-19

Requerente: Bruna de Paiva Canesin

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. 59º Concurso de Ingresso na Carreira. Desconstituição de ato administrativo que indeferiu recurso. Requer habilitação para prova de tribuna. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Goiás

59) Pedido de Providências nº 1.00064/2017-57

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Interessado: João Mendes Benigno Filho

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Incompatibilidade de funções exercidas cumulativamente por membro. Exercício do cargo de 13º Promotor de Justiça da Comarca de Teresina e de Procurador do Tribunal de Justiça Desportiva do Estado do Piauí.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Distrito Federal

60) Proposição nº 1.00078/2017-16

Requerente: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP nº 67/2011. Uniformização das fiscalizações em unidades de medidas socioeducativas. Situação dos adolescentes privados de liberdade em cadeias públicas.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

61) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00170/2017-12

Requerente: Sigiloso

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Rio Grande do Norte. Concurso público para provimento de vagas do quadro de servidores. Edital nº 01/2017. Exigência de conhecimento de história do Rio Grande do Norte e aspectos geoeconômicos do Estado. Suposto atentado à isonomia constitucional em relação a candidatos de outros Estados.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Rio Grande do Norte

Processos desta Sessão (24/04/2017)

62) Pedido de Providências nº 1.00010/2016-10

Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Providências. Atuação da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Pará. Impossibilidade de diálogo. Administração autoritária. Sindicato representante dos servidores.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Pará

63) Proposição nº 1.00183/2016-38

Requerente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a obrigatoriedade e uniformização das inspeções em unidades e equipamentos que executam serviços socioassistenciais destinados às pessoas em situação de rua pelos membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Distrito Federal

64) Reclamação Disciplinar nº 1.00403/2016-88 (Recurso Interno)

Recorrente: Luiz Inácio Lula da Silva
Advogado: Cristiano Zanin Martins – OAB/SP nº 172.730
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de Membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Paraná

65) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00442/2016-02

Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogados: Aloísio Zimmer Júnior – OAB/RS nº 42.306; Marina Nogueira de Almeida – OAB/RS nº 46e927; Ana Paula Mella Vicari – OAB/RS nº 87.433
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Carreira. Servidores. Irregularidades. Desvio de função. Assistente de Promotores.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Rio Grande do Sul

66) Reclamação Disciplinar nº 1.00587/2016-02 (Recurso Interno)

Recorrente: Roberto José de Santana

Recorrido: Membro do Ministério Público Militar

Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de Membro do Ministério Público Militar.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

67) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00632/2016-39

Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará – SINSEMPECE

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Determinação ao Procurador-Geral de Justiça. Remessa de projeto de lei ao Parlamento Cearense. Revisão Geral Anual dos Servidores do MP/CE. Índice de 10,67% retroativo a 01/01/2016.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Ceará

68) Pedido de Providências nº 1.00742/2016-19 (Embargos de Declaração)

Embargante: Antônio de Araújo Ribeiro

Advogado: Maria Regina Campana Caldas – OAB/RJ nº 75598

Embargado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Promoção de arquivamento. Processo 0000695.16.2014.8.19.0209. Irregular obra vertical e horizontal. Ausência de prova pericial.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Rio de Janeiro

69) Reclamação Disciplinar nº 1.00755/2016-24 (Recurso Interno)

Recorrentes: Beatriz Kicis Torrents de Sordi; Claudia de Faria Castro

Recorrido: Membro do Ministério Público Federal

Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de Membro do Ministério Público Federal.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Distrito Federal

70) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00779/2016-38 (Embargos de Declaração)

Embargante: Luiz Francisco de Oliveira

Advogado: Renato Duarte Bezerra – OAB/TO nº 4296

Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. Alteração de conclusão exarada no PAD N. 020/2015. Base na Reclamação Disciplinar n. 0.00.000.000053/2015-15.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Tocantins

71) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00931/2016-91

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: São Paulo

72) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00947/2016-68

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Piauí

73) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00953/2016-98

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Rio de Janeiro

74) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00959/2016-10

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima

Objeto: Ministério Público do Estado de Roraima. Cumprimento. Art. 4º, parágrafo único, da Resolução CNMP nº 09/2006. Teto Remuneratório. Período de 2011 a 2016.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Roraima

75) Pedido de Providências nº 1.00977/2016-00

Requerente: Embrasystem Tecnologia em Sistemas Importação e Exportação Ltda
Advogado: Leandro Rogério Chaves – OAB/SP nº 104273
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Goiás
Interessados: Helio Telho Correa Filho; Mariana Guimarães de Mello Oliveira
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado de Goiás. Alegação de atuação funcional reprovável em Ação Cautelar e Ação Civil Pública. Divulgação midiática dos fatos sobre os atos processuais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: Goiás

76) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01007/2016-87

Requerente: Eduardo Brasil Dantas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Art 70, X da Lei n. 066/93., que dispõe sobre o Regime único dos Servidores Públicos Estaduais. Art. 52 da Constituição Estadual. Adicional de interiorização para servidores lotados nas comarcas do interior. Requer a regulamentação do dispositivo pelo MP/AP.
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo
Origem: Amapá

77) Pedido de Providências nº 1.00008/2017-02 (Embargos de Declaração)

Embargante: Luiz Carlos Pereira de Barros
Embargado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Promoção de arquivamento. Denúncia nº 196060022016-8. Apuração de supostos crimes praticados por policiais militares. Comarca de Leopoldina.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Minas Gerais

78) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00016/2017-31

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar nº 2015.00732839.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Rio de Janeiro

79) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00043/2017-04

Requerentes: Arion Rolim Pereira; Gustavo Henrique Rocha de Macedo; Rodrigo Leite Ferreira Cabral; Walber Alexandre de Souza
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Advogado: Carlos Alberto Barbosa Ferraz – OAB/SP nº 105.113
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2015. Prescrição da pretensão administrativa. Decisão proferida pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes
Origem: Paraná

80) Pedido de Providências nº 1.00051/2017-41

Requerente: Rodrigo Diegues Cruz
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Infraestrutura de Promotorias. Determinação para melhoria na qualidade estrutural das unidades de Cajamar. Conformidade com inspeção realizada no âmbito do MP/SP. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
Origem: São Paulo

81) Proposição nº 1.00056/2017-10

Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Distrito Federal

82) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00093/2017-37

Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Piauí
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Revisão. Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2016.
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Origem: Piauí

83) Pedido de Providências nº 1.00117/2017-20

Requerente: Danielle de Siqueira Souza

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Irregularidades em audiência. Atuação deficiente. Guarda de menor.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Rio de Janeiro

84) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00175/2017-90

Requerente: Bruno Liandro Praia Martins

Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima

Objeto: Ministério Público do Estado de Roraima. Concurso público para ingresso na carreira. Determinação de retificação do Edital. Número de vagas. Retificação do item 7.3 para alterar a data das provas subjetivas. Alteração do item 1.3 referente aos locais de prova. Resolução CNMP nº 14/2006.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Roraima

85) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00189/2017-50

Requerente: Narcizo Correia de Souza Filho

Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí

Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Nomeação. Concurso público para provimento de cargos de níveis médio e superior. Descumprimento de nomeação para vagas de forma regionalizada. Reconhecimento a nomeação do requerente para vaga no Município de Corrente ou no Município de Bom Jesus.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Piauí

86) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00198/2017-40

Requerente: Fábio de Santana

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Controle do Edital nº 001/2017. Concurso público para provimento de cargos para técnicos e analistas judiciários. Isenção da taxa de inscrição. Desrespeito aos ditames legais.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Rio Grande do Norte

87) Pedido de Providências nº 1.00206/2017-68

Requerente: Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul

Interessado: Deputado Padre João

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Tragédia da Boate Kiss. Arquivamento do inquérito para apurar responsabilidades de servidores municipais. Ajuizamento de ações de calúnia e difamação em face dos pais das vítimas. Nota pública posicionando-se contra Promotores de Justiça.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Rio Grande do Sul

88) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00219/2017-73

Requerente: Anne Soares Loiola

Advogado: Ilana Rhenia Leite Sampaio – OAB/RR nº 970

Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima

Objeto: Ministério Público do Estado de Roraima. Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro reserva em cargo de Promotor de Justiça Substituto. Edital n. 01/2017. Realização das provas em Boa Vista-RR, Brasília-DF e São Paulo-SP. Suposto descumprimento dos princípios da legalidade, da isonomia, da moralidade e da impessoalidade. Pedido de liminar.

Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo

Origem: Roraima

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público